



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 681109 - RS (2021/0224596-4)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : FABIANO SIMON DE VARGAS E OUTRO  
**ADVOGADOS** : FABIANO SIMON DE VARGAS - RS083413  
JOSEMAR CORTESE DA SILVEIRA - RS086313  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : VALDECIR HEDLUND VARGAS (PRESO)  
**PACIENTE** : DAIANO EMANUEL DE CASTRO (PRESO)  
**CORRÉU** : MARIA INES DE CASTRO  
**CORRÉU** : VALDENIR FRONER DE CASTRO  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de VALDECIR HEDLUND VARGAS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (HC n. 111338-49.2021.8.21.7000).

Os pacientes encontram-se presos preventivamente pela suposta prática dos delitos previstos nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006 e art. 12 da Lei n. 10.826/2003 .

Os impetrantes sustentam que o Juízo de primeiro grau feriu o princípio acusatório ao apontar inconsistências na denúncia e intimar o Ministério Público para, querendo, aditá-la.

Alegam que o *parquet* não se manifestou sobre o aditamento da denúncia, "mantendo os pacientes segregados preventivamente de forma indefinida e obstando o andamento do processo" (fl. 6), violando o princípio da razoável duração do processo.

Requerem, liminarmente, seja revogada a prisão preventiva dos pacientes, com ou sem aplicação de medidas alternativas ao cárcere, expedindo-se o competente alvará de soltura. No mérito, pugnam pela concessão da ordem para que seja confirmado o pleito sumário.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente